



162
B

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 0281953-8

Apelante: Rita de Oliveira Cardoso

Advogado: Dra. Verônica Santos Fernandes Rebello

Apelado: Estado de Pernambuco e SASSEPE

Procurador: Dr. Rômulo César de Siqueira Almeida

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. CONDOTA OMISSIVA. DANOS MORAL E ESTÉTICO ADVINDOS DO MESMO SUPORTE FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA NÃO DEMONSTRADA. APELO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - A responsabilidade civil do Estado por conduta comissiva ou omissiva é objetiva e independe da demonstração de culpa, restando caracterizada com a demonstração de conduta ou omissão e dano, desde que este resulte direta e imediatamente daquela. Precedentes.

2 - Ademais, em se tratando do dano estético, entende-se que este só se configura quando ocorrem profundas deformações na fisiologia da vítima, causando sentimento degradante, redução ou amputação de algum dos membros, sentido e/ou órgão da vítima, causando tal procedimento, incapacidade de executar atividade laborativa, tornando-se inválida, ou impossibilitando de se relacionar sem constrangimento com seus pares. O que se conclui, não ser o caso da recorrente, fatos estes que apontam para a inexistência de danos estéticos na espécie.

3 - Mostra-se imperioso ainda resaltar que na petição inicial, a autora alega que foi requerida a realização de cirurgia em 06/10/2010, e que a autorização só veio no dia 20/10/2010, "após transcorridos 52 (cinquenta e dois dias) do acidente", suscitando dúvidas da real sequência dos fatos alegados, uma vez que entre os dias 06/10/2010 e 20/10/2010, decorreram apenas 14 (quatorze) dias, e não 52 dias como afirmou na peça inicial. (fls. 04).

01



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

4 - E ainda, quanto a questão temporal, ou seja, da demora em autorizar a cirurgia, verifica-se que o laudo de fls. 20/21, não prova que houve requisição para realização de cirurgia no mesmo dia 06/09/2010. O Laudo Médico apenas faz prova quanto às questões médicas e não quanto às questões administrativas, não sendo documento legal que reforce a afirmativa de que a requisição para a cirurgia se dera em 06/09/2010, pois outro documento não foi juntado aos autos com o intuito de tornar indubitável tal afirmativa, não havendo portanto, *qualquer prova de ocorrência de dano estético. Não há uma fotografia, uma radiografia, ou nada que indique a real existência de um dano estético. E mesmo que houvesse, repito, a parte autora não se desincumbiu do ônus de provar que o IRH e o Estado de Pernambuco causaram o dano, ou seja, que a demora que resultou na consolidação óssea equivocada foi resultante de atos destas entidades*".

5 - Recurso de Apelação Cível improvido.

6 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0281953-8, em que figura como apelante Rita de Oliveira Cardoso e como apelado Estado de Pernambuco e Outro.

Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 18/03/2013, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negar-lhe provimento, tudo na conformidade dos Votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 21/04/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



155

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 0281953-8

Apelante: Rita de Oliveira Cardoso

Advogado: Dra. Verônica Santos Fernandes Rebello

Apelado: Estado de Pernambuco e SASSEPE

Procurador: Dr. Rômulo César de Siqueira Almeida

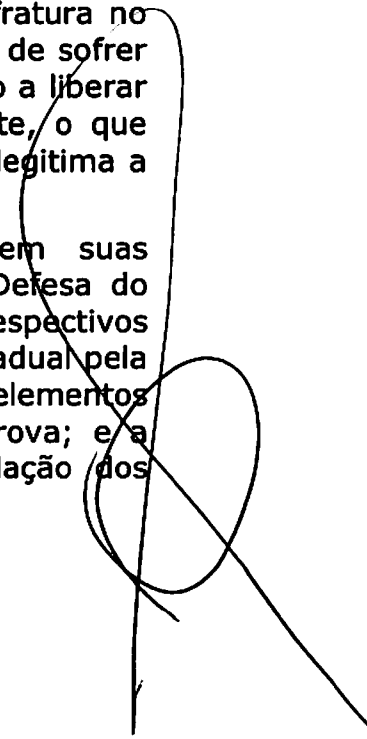
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Apelação Cível em face de sentença proferida nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Estéticos, nº 0001039-69.2011.8.17.1110, na qual o Juízo *a quo*, julgou improcedente o pedido posto na exordial, com fulcro no art. 269, I do CPC, e ainda, condenou em honorários advocatícios fixados em R\$ 622,00, por força do art. 20, do CPC, com exigibilidade suspensa enquanto durarem os motivos que ensejaram a concessão da gratuidade judiciária.

Em suas razões recusais, pugna a apelante pela reforma da carta sentenciante, aduzindo para tanto que, a apelante intentou a presente ação de indenização por danos morais e estéticos contra o IRH e o Estado de Pernambuco, alegando sinteticamente, que no dia 06 de outubro de 2010, a requerente caiu da escada da sua residência, ocasião em que feriu gravemente seu olho esquerdo e fraturou um dedo da mão esquerda, e que atendida no Hospital Dr. Lídio Paraíba, e na radiografia realizada, foi constatada a fratura no 5º MTC (E), o que exigia a realização de cirurgia, sob pena de sofrer lesões irreversíveis. Solicitada a cirurgia, o SASSEPE só veio a liberar a cirurgia após 52 (cinquenta e dois dias) após o acidente, o que ocasionou uma deformidade em seu dedo, sendo portanto legítima a cobrança de danos morais e estéticos.

O Estado de Pernambuco e o IRH/PE, em suas contrarrazões pugnam pela não aplicação do Código de Defesa do consumidor à relação jurídica entre o SASSEPE e os respectivos usuários; a inexistência de responsabilidade da fazenda estadual pela não realização da cirurgia em tempo hábil; ausência de elementos probatórios; a impossibilidade de inversão do ônus da prova; e a ausência de comprovação e inadmissibilidade de acumulação dos danos morais e estéticos.





156

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

O representante ministerial com assento nesta Segunda Câmara de Direito Público, deixou de ofertar parecer, alegando ser desnecessária a intervenção do *Parquet* Estadual no feito.

É o relatório. ** decisório*

Recife, 04/08/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator





23
164
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível nº 0281953-8

Apelante: Rita de Oliveira Cardoso

Advogado: Dra. Verônica Santos Fernandes Rebello

Apelado: Estado de Pernambuco e SASSEPE

Procurador: Dr. Rômulo César de Siqueira Almeida

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Da análise dos autos, vê-se que a recorrente manejou a presente ação indenizatória de danos morais e estéticos, com o fim de ver a reparação dos danos advindos de acidente sofrido em sua residência no qual, teve ferimentos em seu olho esquerdo, e fraturou seu 5º MTC (E), dedo "mindinho".

Alega para tanto, que após procurar o devido atendimento médico, feita a radiografia, o parecer médico prescreveu de caráter urgencial a cirurgia do elemento fraturado, o que só foi liberado 52 (cinquenta e dois) dias depois, o que ocasionou uma consolidação do osso fraturado de forma definitiva, e que uma cirurgia seria agora de alto risco, fatos estes, segundo a apelante, configura a reparação em danos morais e estéticos, no valor de 100 (cem) salários mínimos.

O cerne cinge-se à responsabilidade civil da Administração Pública por omissão que impôs à autora lesão corporal, ocasionando-lhe danos estéticos permanentes.

Sendo o apelado pessoa jurídica de direito público, aplica-se a teoria da responsabilidade objetiva, consagrada no § 6º do art. 37 da CF, de modo que o mesmo passa a responder de forma objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Assim dispõe o §6º, artigo 37, da Constituição Brasileira:

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Da norma transcrita, extrai-se que a Administração Pública deve responder objetivamente pelos danos por si ocasionados.

01



165
3

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

A configuração da responsabilidade objetiva independe de demonstração de culpa, por isso, não há necessidade de verificação desse elemento no caso concreto.

O deferimento da reparação em exame está condicionado exclusivamente à demonstração do dano e da omissão ou da ação, sendo que aquele deve ser necessária e diretamente ocasionado por esta. A propósito, confirmam-se excertos de julgados pertinentes ao tema:

A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, ocorre diante dos seguintes requisitos: a) do dano; b) da ação administrativa; c) e desde que haja nexo causal entre o dano e a ação administrativa. (STF. RE 217389/SP. Min. Néri Da Silveira. Segunda Turma. DJ 24-05-2002 PP-00069);

No ordenamento jurídico brasileiro a responsabilidade do Poder Público é objetiva, adotando-se a teoria do risco administrativo, fundada na idéia de solidariedade social, na justa repartição dos ônus decorrentes da prestação dos serviços públicos, exigindo-se a presença dos seguintes requisitos: dano, conduta administrativa, e nexo causal. (STJ. REsp 866450/RS. Ministro Herman Benjamin. Segunda Turma. DJe 07/03/2008)

Assim, da análise do acima exposto, sabe-se que o ordenamento jurídico pátrio adota a teoria do risco administrativo, sendo exigível a satisfação de três requisitos: a existência do dano indenizável, a atividade estatal e a relação de causalidade.

Uma vez demonstrado que o evento danoso derivado da conduta ou omissão da administração pública, assim como o nexo causal, é inafastável o dever de reparação, salvo se comprovada a culpa exclusiva do prejudicado.

Desta feita, estando ausente o nexo causal entre o acidente e o dano, não há como responsabilizar o Ente Federativo por tal dano, haja vista a ausência de provas concretas que caracterizem o dano moral e estético os quais são apresentados como cabíveis ao caso *in lume*.

Além do mais, mesmo que se encontrasse presente, indubitavelmente, os requisitos qualificadores para o reconhecimento do dano moral e estético, um ou outro sucumbiria, haja vista que os mesmos se deram pelos mesmos fundamentos, caindo por terra tal reconhecimento, quando não se encontram provas robustas de que a recorrente sofreu dor moral, a tal ponto de causar-lhe uma



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

perturbação interior, com mudança de ânimo e comportamento, em razão da natureza e aspecto deformativo da sua aparência física.

Na verdade, mesmo que fosse reconhecido o dano moral ou estético, deveria subsumir o dano estético ao dano moral, suprimindo-o *ipso facto*, sob pena de incorrer em um odioso *bis in idem*.

Ademais, em se tratando do dano estético, entendo que este só se configura quando ocorrem profundas deformações na fisiologia da vítima, causando sentimento degradante, redução ou amputação de algum dos membros, sentido e/ou órgão da vítima, causando tal procedimento, incapacidade de executar atividade laborativa, tornando-se inválida, ou impossibilitando de se relacionar sem constrangimento com seus pares. O que se conclui, não ser o caso da recorrente, fatos estes que apontam para a inexistência de danos estéticos na espécie.

Mostra-se imperioso ainda analisar os pontos suscitados pelo Juízo de Piso, o qual pontua que na petição inicial, foi requerida a realização de cirurgia em 06/10/2010, e que a autorização só veio no dia 20/10/2010, "após transcorridos 52 (cinquenta e dois dias) do acidente" que acometeu a apelante.

A grosso modo, os argumentos apresentados pela recorrente, suscitam dúvidas da real sequência dos fatos, uma vez que entre os dias 06/10/2010 e 20/10/2010, decorreram apenas 14 (quatorze) dias, e não 52 dias como afirmou na peça inicial. (fls. 04).

E ainda, quanto a questão temporal, ou seja, da demora em autorizar a cirurgia, verifica-se que o laudo de fls. 20/21, não prova que houve requisição para realização de cirurgia no mesmo dia 06/09/2010. O Laudo Médico apenas faz prova quanto às questões médicas e não quanto às questões administrativas, não sendo documento legal que reforce a afirmativa de que a requisição para a cirurgia se dera em 06/09/2010, pois outro documento não foi juntado aos autos com o intuito de tornar indubitável tal afirmativa.

Por fim, é forçoso reconhecer, como bem salientou o Juízo a quo, "*não há qualquer prova de ocorrência de dano estético. Não há uma fotografia, uma radiografia, ou nada que indique a real existência de um dano estético. E mesmo que houvesse, repito, a parte autora não se desincumbiu do ônus de provar que o IRH e o Estado de Pernambuco causaram o dano, ou seja, que a demora que resultou na consolidação óssea equivocada foi resultante de atos destas entidades*".



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Assim, por tudo que foi exposto, voto no sentido de ser mantida a sentença proferida pelo Juízo *a quo* em todos os seus termos, e consequentemente pelo improvimento do presente recurso.

É como voto.

Recife, 28/03/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Sabinato Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 281953-8 – Comarca de Pesqueira

Apelante: Rita de Oliveira Cardoso.

Apelados: Estado de Pernambuco e outro.

DESPACHO

Revistos, peço inclusão em pauta.
Recife, 11 de março de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Revisor